



***Credifit Sociedade
de Crédito
Direto S.A.***

*Demonstrações financeiras em 30 de junho de
2021 e 31 de dezembro de 2020*



Conteúdo:

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

QUADRO I - Balanço patrimonial

QUADRO II - Demonstração do resultado

QUADRO III - Demonstração dos resultados abrangentes

QUADRO IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Relatório da administração

A Credifit iniciou suas atividades em 04 de novembro de 2020 com um propósito de oferecer uma nova experiência na oferta de crédito ao mercado, especialmente no segmento de crédito consignado privado.

A tecnologia e a inovação estão mudando a forma como as pessoas se relacionam com as empresas. No segmento bancário, as “fintechs” têm sido responsáveis por movimentos disruptivos, seja na administração de finanças e acesso a crédito, seja em relação à gestão de ativos e realização de investimentos.

Obtivemos a autorização de funcionamento pelo BACEN em 28 de setembro de 2020, após 11 meses da protocolização do pleito, tendo realizado as primeiras operações no final de 2020, após a abertura da empresa e cumprimento de exigências do órgão regulador.

Na Credifit SCD, o ano de 2020 foi marcado por esforços intensos no desenvolvimento de nossa plataforma de negócios, que permitiram a realização de transações e testes. O processo de melhoria contínua faz parte da nossa cultura empresarial.

A consistência do plano de negócios e da cultura empresarial surtiu efeito no 1º semestre de 2021, meses em que a Credifit SCD realizou de forma consistente operações de crédito pessoa jurídica e consignado privado.

O 2º semestre de 2021 traz desafios adicionais na manutenção do resultado positivo, já que a Credifit reforçou seu quadro pessoal, além de sistemas de integração com o Banco Central, trazendo maior complexidade na estrutura de custos, e com isto, necessidade de aumentar o nível de faturamento.

Acreditamos que os processos internos estão cada vez mais maduros, e conseguiremos escalar as operações no curto/médio prazo. Adicionalmente, novas ferramentas e funcionalidades ao usuário estão sendo desenvolvidas, de forma a melhorar a experiência e permitir o crescimento sustentável e lucrativo.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.
Salvador – BA**

Opinião.

Examinamos as demonstrações financeiras da Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a



fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 26 de agosto de 2021

Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC-BA 9.031

SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC-BA - 612



QUADRO I

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

ATIVO	NE	30/06/21	31/12/20
CIRCULANTE		1.726	1.643
DISPONIBILIDADES	3	430	1.643
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.249	-
Títulos e valores mobiliários	4	492	-
Operações de crédito	5	757	-
OUTROS ATIVOS		47	-
Outros créditos - Diversos	6	47	-
NÃO CIRCULANTE		27	-
IMOBILIZADO DE USO	2.c.3	6	-
Outras imobilizações de uso		6	-
INTANGÍVEL	2.c.3	21	-
Ativos Intangíveis		21	-
TOTAL DO ATIVO		1.753	1.643

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO I (FL. 02)

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

PASSIVO	NE	30/06/21	31/12/20
CIRCULANTE		116	15
OUTROS PASSIVOS		116	15
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado	7.1	71	-
Fiscais e previdenciárias	7.2	22	15
Diversas	7.3	23	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.637	1.628
Capital:	8.1	1.600	1.600
De Domiciliados no país		1.600	1.600
Reservas de lucros	8.2	22	28
Lucros acumulados	8.2	15	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.753	1.643

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO II

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração do Resultado do semestre findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais

	<u>NE</u>	<u>30/06/21</u>
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		42
Operações de crédito	9	40
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(10)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(10)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		32
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(9)
Receitas de prestação de serviços	10	177
Despesas de pessoal	11	(87)
Outras despesas administrativas	12	(470)
Despesas tributárias	13	(78)
Outras receitas operacionais	14	464
Outras despesas operacionais		(15)
RESULTADO OPERACIONAL		23
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		23
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(8)
Provisão para imposto de renda		(5)
Provisão para contribuição Social		(3)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		15
Nº de ações		1.600.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		0,01

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO III

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração do Resultado abrangente do semestre findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais

	<u>30/06/21</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	15
RESULTADO ABRANGENTE	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u><u>15</u></u>

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO IV

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do semestre findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCRO		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS		
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/21	1.600	2	26	-	1.628
Dividendos intermediários	-	-	(6)	-	(6)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	15	15
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/21	1.600	2	20	15	1.637
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	(6)	15	9

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO V

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração dos Fluxos de Caixa do semestre findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais

	<u>NE</u>	<u>30/06/21</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>		
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício		15
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		10
Provisão de impostos no resultado		8
		<u>33</u>
<i>Varição de Ativos e Obrigações</i>		
		<u>(1.213)</u>
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos		(1.249)
(Aumento) redução de outros ativos		(14)
Aumento (redução) em outros passivos		110
Imposto de renda e contribuição social pagos		(60)
		<u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u>
		<u>(1.180)</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>		
Inversões em:		
Imobilizado de uso		(6)
Inversões líquidas no intangível		(21)
		<u>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</u>
		<u>(27)</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>		
Dividendos/Lucros pagos		(6)
		<u>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</u>
		<u>(6)</u>
		<u>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</u>
		<u>(1.213)</u>
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.643
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		430
		<u>(1.213)</u>

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



Notas explicativas às demonstrações financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2021 e período de 02 meses encerrado em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Credifit Sociedade de Créditos Direto S.A (“Sociedade”) fundada em 30 de setembro de 2019, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2020. A sociedade está sediada no município de Salvador, estado da Bahia, e foi registrada na Receita Federal do Brasil em 04 de novembro de 2020.

Tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a análise de crédito para terceiros; a cobrança de crédito de terceiros; a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê e Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1).

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 25 de agosto de 2021.

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens apresentados nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais – R\$ –, que é a moeda



funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b) Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de diversas estimativas contábeis e o julgamento da Administração, que afeta a aplicação das políticas contábeis e o valor reportado dos ativos, passivos, receita e despesas.

No caso específico destas demonstrações financeiras, o principal julgamento é quanto ao efetivo recebimento dos valores registrados na forma de Operações de Crédito.

Apesar dos esforços da administração de revisar de maneira periódica e tempestiva suas estimativas, a liquidação final de transações baseadas nessas estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos inicialmente apontados.

c) Descrição das práticas contábeis

c.1) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, e depósitos bancários. Sua composição é apresentada na nota explicativa nº 3.

c.2) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2021, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos



preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

c.3) Imobilizado de uso e intangível

Imobilizado de uso - É demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa anual de 20% para sistema de processamento de dados; e, 10% para as demais contas.

Intangível - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com tal finalidade, e aqueles com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem. Está representado por Software, amortizado à taxa anual de 20%.

c.4) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes só devem ser registrados quando líquidos e certos e os passivos contingentes quando for provável uma estimativa de perdas. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Companhia.

c.5) Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência

d) Operações de Crédito

A carteira de crédito da Credifit SCD é composta de operações de Cédula de Crédito Bancária para pessoa jurídica e pessoa física (crédito consignado), apuradas pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados nos contratos celebrados entre a Credifit SCD e os seus clientes, calculados pro rata dia até a data do balanço.

d.1) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração atende, quando necessária, a regra exposta na Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, e suas alterações, do Banco Central do Brasil (BACEN), onde determina os ratings dos contratos e as metodologias de reconhecimento de provisão para perda.

Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

A Credifit SCD, quando devido, reconhece a baixa para prejuízo das operações com mais de 180 vencidas para todas as operações de crédito realizadas.

As operações de crédito baixadas para prejuízo, quando devidas, serão mantidas durante 5 anos em conta de compensação até que todos meios possíveis de cobrança sejam realizados e forem esgotados.

Todas as provisões de créditos são fundamentadas pela avaliação de risco realizada pela Administração em conformidade com o estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.



e) Receitas, despesas operacionais e custos financeiros

e.1) Receitas: A Sociedade reconhece, as seguintes receitas:

- Receitas de Intermediação Financeira – correspondentes aos juros cobrados nas operações de crédito ativas, rendimento de aplicações financeiras e valorização dos títulos para negociação; e
- Receitas Operacionais – correspondentes a Tarifa de Abertura de Cadastro (TAC) e Outras Receitas Operacionais (vide nota explicativa 12);

e.2) Despesas Administrativas. As mais significativas são:

- Despesas com pessoal – salários e benefícios pagos a empregados. Todas as despesas são de curto prazo e não há despesas com incentivos de longo prazo. Despesas com pessoal são reconhecidas através de provisões;
- Despesas com processamento de dados – despesas com o parque tecnológico da Companhia;
- Despesas com Serviços de Terceiros – decorrentes da tomada de serviços de terceiros de diversas naturezas envolvidas na Administração e prestação do serviço; e
- Despesas tributárias – decorrentes do recolhimento de impostos diversos incidentes sobre a operação.

f) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Sociedade é optante pelo Regime de Tributação de Lucro Real, e neste segundo semestre, não constituiu ativos tributários diferidos decorrentes do pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

g) Resultado recorrente e não recorrente

A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no semestre encerrado em 30 de junho de 2021 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 não houve resultados não recorrentes.

3. Disponibilidades – Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades em moeda nacional		
Caixa Econômica Federal	-	1.453
Banco Santander S.A.	430	190
Total de caixa e equivalentes de caixa	430	1.643



4. Instrumentos financeiros – Títulos e valores mobiliários

4.1) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2021 os títulos e valores mobiliários estão classificados como “Títulos para Negociação”, conforme abaixo:

	Vencimento	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante					
Carteira própria		492	492	-	-
Invest Fácil Bradesco	Sem Vencimento	238	238	-	-
Cotas de Fundos Referenciado	Sem Vencimento	254	254	-	-
Total		492	492	-	-

No semestre encerrado em 30 de junho de 2021 foram reconhecidas rendas dos títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 2.

4.2) Instrumentos financeiros derivativos

No semestre encerrado em 30 de junho de 2021 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

5. Instrumentos Financeiros – Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito:

	30/06/2021	
	Empréstimos	% da carteira
Pessoas Físicas/ Jurídicas	767	100,00%
Total	767	100,00%

b) Classificação das Operações de Crédito por Níveis de Risco:

30/06/2021		Ativo Circulante	
Nível / Percentual de Risco		Empréstimo	Provisões
AA	-	-	-
A	0,50%	-	-
B	1%	668	7
C	3%	99	3
D	10%	-	-
E	30%	-	-
F	50%	-	-
G	70%	-	-
H	100%	-	-
Total Geral		767	10
Provisões		(10)	



Total Líquido	757
----------------------	------------

6. Outros Ativos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outros créditos - Diversos		
Impostos e contribuições a compensar	47	-
Total	<u>47</u>	<u>-</u>

7. Outros passivos

7.1) Cobrança, arrecadação de Tributos e assemelhados

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IOF a recolher	71	-
Total	<u>71</u>	<u>-</u>

7.2) Fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRPJ a recolher sobre lucros	-	6
CSLL a recolher sobre lucros	-	3
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1	-
Impostos e contribuições sobre salários	6	1
Cofins a recolher	12	3
Pis a recolher	2	1
ISS a recolher	1	1
Total	<u>22</u>	<u>15</u>

7.3) Diversas

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas de pessoal	4	-
Outras despesas administrativas	5	-
Outros pagamentos	14	-
Total	<u>23</u>	<u>-</u>

8. Patrimônio líquido

8.1) Capital Social

O capital social é de R\$ 1.600, e está representado por 1.600.000 de ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

A Sociedade foi constituída com capital social de R\$ 1.600, atendendo aos limites de capital mínimo exigidos pelo BACEN.

8.2) Destinações do lucro

O estatuto social determina que do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social.



- b) Pagamento de dividendos aos acionistas de no mínimo 25%.
- c) O saldo, se houver, após as deduções acima serão destinados à reservas estatutárias, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais da Sociedade, devendo seu saldo ser utilizado para: (i) absorção do prejuízo, sempre que necessário; (ii) distribuição de dividendos a qualquer momento; (iii) aumento do capital social.

9. Receitas da intermediação financeira

	<u>30/06/2021</u>
Operações de crédito	40
	<u>40</u>

As rendas de Operações de Crédito correspondem aos juros cobrados nas operações de crédito efetuadas pela Sociedade.

10. Receitas de Prestação de serviços

	<u>30/06/2021</u>
Tarifa com Abertura de Crédito - TAC	177
	<u>177</u>

As receitas de prestação de serviços refere-se a tarifas de abertura de crédito que correspondem ao valor único cobrado pela Sociedade na abertura de uma operação de crédito.

11. Despesa de Pessoal

	<u>30/06/2021</u>
Proventos	(65)
Benefícios	(3)
Encargos sociais	(16)
Treinamentos	(3)
	<u>(87)</u>

12. Outras despesas Administrativas

	<u>30/06/2021</u>
Com processamento de dados	(151)
Com serviços técnicos especializados	(296)
Outras despesas administrativas	(23)
	<u>(470)</u>

As despesas com serviços técnicos especializados e com processamento de dados, correspondem a prestadores diversos necessários para a prestação do serviço e administração da Sociedade.



13. Despesa tributárias

	<u>30/06/2021</u>
ISS	(8)
Cofins	(51)
Pis	(11)
Outras despesas tributárias	<u>(8)</u>
	<u>(78)</u>

As despesas tributárias correspondem basicamente a tributos diretos incidentes sobre as receitas da atividade da Companhia.

14. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>
Lucros com operações de crédito	<u>464</u>
	<u>464</u>

15. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

Demonstrativo do cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre lucros:

	<u>30/06/2021</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Apuração de IR/CS		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>23</u>	<u>23</u>
Base de cálculo	<u>23</u>	<u>23</u>
Adições/(exclusões):		
Despesas não dedutíveis	1	1
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>10</u>	<u>10</u>
Lucro real	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de IR 15% e CS 9%	<u>(5)</u>	<u>(3)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL correntes	<u>(5)</u>	<u>(3)</u>

16. Estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.



17. Demanda judiciais

A Administração não tem conhecimento de demandas judiciais ou extrajudiciais em face da Sociedade.

18. Outros assuntos – Pandemia gerada pela COVID-19

Nos primeiros meses de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e brasileira e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras.

Nesse momento, a administração da Sociedade ainda não pode mensurar com alguma precisão os efeitos em seus negócios decorrentes da propagação da nova doença COVID-19.